

2024

Demonstrações financeiras e relatório dos
auditores independentes

VOTORANTIM



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Votorantim S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme descrito na Nota 2.1, a Companhia elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), apresentadas separadamente dessas demonstrações financeiras individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificação, com data de 5 de março de 2025. Essas demonstrações financeiras individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting*

Votorantim S.A.

Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Votorantim S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 5 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras

Demonstrações

Balanco patrimonial	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8

Considerações gerais

1.Considerações gerais	9
2.Apresentação das demonstrações financeiras.....	11
2.1Base de apresentação	11
2.2 Principais empresas controladas, coligadas e empreendimento controlados em conjunto.....	12
2.3Conversão de moeda estrangeira	12
3.Mudanças nas práticas contábeis e divulgações	13
4.Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	15

Riscos

5.Gestão de risco financeiro	15
5.1Gestão de risco financeiro.....	15
5.2Estimativa do valor justo	17
5.3Demonstrativo da análise de sensibilidade	18
6.Instrumentos financeiros por categoria	20

Ativo

7.Qualidade dos créditos dos ativos financeiros.....	21
8.Caixa e equivalentes de caixa	21
9.Aplicações financeiras	22
10.Instrumentos financeiros – ações	22
11.Tributos a recuperar.....	23
12.Partes relacionadas	24
13.Outros ativos	24
14.Investimentos	25
15.Imobilizado	27
16.Intangível	30

Passivo e patrimônio líquido

17.Arrendamento	30
18.Outros passivos.....	31
19.Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	31
20.Provisões.....	34
21.Benefícios pós-emprego	36
22.Patrimônio líquido	37

Resultado

23.Abertura do resultado por natureza.....	41
24.Outros resultados operacionais	41
25.Resultado financeiro líquido.....	41

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.295.625	1.848.320
Aplicações financeiras	9	155.747	195.427
Tributos a recuperar	11	102.747	355.163
Instrumentos financeiros - ações	10	4.491.675	
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	12	489.434	746.144
Outros ativos	13	297.199	402.884
Total do ativo circulante		7.832.427	3.547.938
Não circulante			
Instrumentos financeiros - ações	10	1.621.944	6.711.446
Tributos a recuperar	11	31.512	54.780
Partes relacionadas	12	125.112	84.104
Depósitos judiciais	20 (b)	22.619	22.279
Outros ativos	13	21.440	72.844
		1.822.627	6.945.453
Investimentos	14 (a)	51.916.556	45.140.783
Imobilizado	15	335.470	337.207
Intangível	16	75.554	78.504
Direitos de uso	17 (a)	14.914	5.417
Total do ativo não circulante		54.165.121	52.507.364
Total do ativo		61.997.548	56.055.302

	Nota	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Salários e encargos sociais		107.018	108.909
Arrendamento	17 (b)	3.775	50
Fornecedores		23.577	24.302
Tributos a recolher		28.443	111.666
Provisões		49.624	118.798
Dividendos a pagar	12	216.114	485.429
Outros passivos	18	36.977	17.955
Total do passivo circulante		465.528	867.109
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos			
Arrendamento	17 (b)	13.653	6.038
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19 (b)	906.821	1.136.463
Partes relacionadas	12	20.385	18.803
Provisões	20 (a)	97.725	107.052
Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego	21	141.082	138.913
Obrigações a pagar com investidas	14 (a)	1.905.406	834.438
Outros passivos	18	226.614	143.063
Total do passivo não circulante		3.311.686	2.384.770
Total do passivo		3.777.214	3.251.879
Patrimônio líquido			
Capital social		28.656.002	28.656.002
Reserva de lucros		20.957.219	20.591.580
Ajustes de avaliação patrimonial	22	8.607.113	3.555.841
Total do patrimônio líquido		58.220.334	52.803.423
Total do passivo e do patrimônio líquido		61.997.548	56.055.302

	Nota	2024	2023
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	14 (c)	830.807	1.538.127
		830.807	1.538.127
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	23	(361.188)	(325.595)
Outros resultados operacionais	24	21.278	(7.382)
		(339.910)	(332.977)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		490.897	1.205.150
Resultado financeiro líquido	25		
Receitas financeiras		475.644	1.255.655
Despesas financeiras		(78.726)	(106.056)
Variações cambiais, líquidas		146.593	(27.674)
		543.511	1.121.925
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.034.408	2.327.075
Imposto de renda e contribuição social	19 (a)	(124.454)	15.572
Lucro líquido do exercício		909.954	2.342.647
Quantidade média ponderada de ações em milhares		18.278.789	18.278.789
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações, em reais		49,78	128,16

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		909.954	2.342.647
Outros componentes do resultado abrangente a serem classificados no resultado	22		
Variação cambial de investidas no exterior		6.363.387	(1.800.953)
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários		(178.106)	57.790
Hedge accounting operacional de investidas		(476.590)	22.176
Valor justo de ativo disponível para venda de investidas		(141.003)	94.717
Realização de resultados abrangentes na venda e liquidação de investimentos			(78.906)
Participação em outros resultados abrangentes das investidas		(7.280)	(2.940)
		5.560.408	(1.708.116)
Outros componentes do resultado abrangente que não serão classificados no resultado	22		
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria em investidas, líquidas de efeitos tributários		230.609	(88.839)
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários		1.552	7.827
Ajuste a valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários		(197.427)	(229.255)
Realização de resultado abrangente na liquidação de ações		(180.630)	
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo		(14.900)	2.355
Realização de outros resultados abrangentes das investidas		(348.340)	335.370
		(509.136)	27.458
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		5.961.226	661.989

		Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	De incentivos fiscais	Legal	Retenção	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2023		28.656.002	10.480	1.587.789	17.378.256		5.236.499	52.869.026
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido (prejuízo) do exercício						2.342.647		2.342.647
Outros componentes do resultado abrangente							(1.680.658)	(1.680.658)
						2.342.647	(1.680.658)	661.989
Contribuições e distribuições para os acionistas								
Dividendos revertidos					1.130.988			1.130.988
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de legal				117.132		(117.132)		
Dividendos mínimos obrigatórios						(83.380)		(83.380)
Juros sobre o capital próprio distribuídos						(473.000)		(473.000)
Dividendos distribuídos					(1.302.200)			(1.302.200)
Retenção de lucros					1.669.135	(1.669.135)		
				117.132	1.497.923	(2.342.647)		(727.592)
Em 31 de dezembro de 2023		28.656.002	10.480	1.704.921	18.876.179		3.555.841	52.803.423
Em 1º de janeiro de 2024		28.656.002	10.480	1.704.921	18.876.179		3.555.841	52.803.423
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido (prejuízo) do exercício						909.954		909.954
Outros componentes do resultado abrangente					528.970		5.051.272	5.580.242
					528.970	909.954	5.051.272	6.490.196
Contribuições e distribuições para os acionistas								
Dividendos distribuídos	1.1.1 (c)				(940.550)			(940.550)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios de exercícios anteriores					83.379			83.379
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reserva legal				45.498		(45.498)		
Dividendos mínimos obrigatórios	22					(216.114)		(216.114)
Retenção de lucros	22				648.343	(648.343)		
				45.498	(208.829)	(909.954)		(1.073.285)
Em 31 de dezembro de 2024		28.656.002	10.480	1.750.419	19.196.320		8.607.113	58.220.334

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

VOTORANTIM DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.034.408	2.327.075
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	23	10.013	13.924
Equivalência patrimonial	14 (c)	(830.807)	(1.538.127)
Juros, variações monetárias e cambiais		(207.680)	(167.099)
Créditos Eletrobrás			(433.546)
Ganho líquido na venda de imobilizado e intangível	24	(17.374)	(2.060)
Ganho líquido na alienação de investimentos			(126.348)
Constituição (reversão) de provisões, líquidas		(1.022)	4.190
Instrumentos financeiros derivativos			(86.709)
Ganho líquido com instrumento financeiro - <i>put option</i>		(144.091)	
		(156.553)	(8.700)
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Aplicações financeiras		252.407	685.250
Contas a receber de clientes			(12.022)
Tributos a recuperar		275.684	139.292
Partes relacionadas		(41.008)	(22.305)
Depósitos judiciais		(70)	2.676
Demais créditos e outros ativos		250.023	(82.576)
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores		7.733	11.831
Salários e encargos sociais		(1.891)	8.812
Tributos a recolher		(215.110)	(32.534)
Adiantamento de clientes			(4.262)
Demais obrigações e outros passivos		30.127	62.037
Caixa gerado pelas atividades operacionais		401.342	747.499
Imposto de renda e contribuição social pagos		(16.916)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		384.426	747.499
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		4.947	5.092
Aquisição de instrumentos financeiros - ações		(541.298)	(1.384.508)
Recebimento de adiantamento - <i>put option</i> AMB			935.749
Recebimento de dividendos		1.714.903	2.465.000
Aquisição de imobilizado	15	(3.369)	(9.257)
Recebimento pela venda de investimentos		681.635	534.817
Aumento de capital em investidas	14 (c)	(443.790)	(501.506)
Aquisição de intangível	16	(2.867)	(25.949)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		1.410.161	2.019.438
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de contratos de arrendamento	17 (b)	(4.682)	(3.739)
Pagamento de dividendos		(1.342.600)	(1.373.151)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.347.282)	(1.376.890)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		447.305	1.390.047
Caixa incluído pela incorporação da Votocel			1.920
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.848.320	456.353
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.295.625	1.848.320

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

1. Considerações gerais

A Votorantim S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "VSA") é uma *holding* de investimentos de longo prazo, brasileira, de controle familiar. Com sede na cidade de São Paulo, tem por objetivo administrar bens e empresas, podendo participar em outras companhias de qualquer natureza, no interesse de suas finalidades.

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua nos segmentos: materiais de construção, financeiro, energia renovável, mineração e metalurgia, alumínio, suco de laranja, infraestrutura, aços longos, imobiliário, investimentos e gestão ambiental.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

1.1.1 Dividendos recebidos e pagos

(a) Distribuição de dividendos pela Auren Energia S.A. ("Auren")

Em 7 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da controlada em conjunto Auren aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 400.000 aos seus acionistas, dos quais foram pagos à Companhia R\$ 154.903 em 14 de março de 2024.

(b) Distribuição de dividendos Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA")

Durante o exercício de 2024, o Conselho da Administração da controlada VCSA aprovou a distribuição de dividendos, dos quais R\$ 488.000 foram pagos em 29 de fevereiro de 2024 e R\$ 471.000 em 16 de agosto de 2024 a Companhia.

(c) Distribuição de dividendos e pagamentos de Juros sobre Capital Próprio ("JCP") pela VSA

Em 23 de janeiro e em 6 de março de 2024 a Companhia pagou JCP à sua controladora Hejoassu Administração S.A., líquidos de imposto de renda retido na fonte, imputados aos dividendos, no montante de R\$ 68.100 e R\$ 333.950 respectivamente, conforme deliberação em dezembro de 2023.

Em 29 de fevereiro e em 16 de agosto de 2024, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos à sua controladora Hejoassu Administração S.A., nos montantes de R\$ 305.180 e R\$ 635.370, os quais foram pagos em 6 de março e em 21 de agosto de 2024.

(d) Distribuição de dividendos Votorantim Finanças S.A. ("VFIN")

Em 15 de março de 2024, o Conselho da Administração da controlada VFIN aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 155.000, os quais foram pagos à Companhia na mesma data.

Em 25 de abril de 2024, o Conselho da Administração da controlada VFIN aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 4.360, os quais foram pagos à Companhia em 29 de abril de 2024.

Em 21 de agosto e em 11 de outubro de 2024, o Conselho da Administração da controlada VFIN aprovou a distribuição de dividendos, nos montantes de R\$ 83.400 e R\$ 67.082, os quais foram pagos nas mesmas datas das deliberações.

Em 16 de dezembro de 2024, o Conselho da Administração da controlada VFIN aprovou a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 229.019, os quais foram pagos em 16 e 20 de dezembro de 2024.

(e) Distribuição de dividendos CCR S.A. ("CCR")

Em 18 de abril de 2024, o Conselho da Administração da CCR aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 536.221, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Em 30 de abril de 2024 foram pagos à Companhia o montante de R\$ 55.477.

Em 30 de outubro de 2024, o Conselho da Administração da CCR aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 304.419 relativos ao exercício de 2024, foram pagos à Companhia o montante de R\$ 31.547 em 29 de novembro de 2024.

1.1.2 Demais operações

(a) Homologação do aumento de capital e emissões de ações Companhia Brasileira de Alumínio ("CBA")

Em 18 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração da controlada CBA homologou o resultado do aumento de capital que havia sido aprovado pelo órgão em 8 de novembro de 2023, dentro do limite do capital autorizado da CBA. Foram efetivamente subscritas e integralizadas 55.239.364 ações ordinárias, sendo 42.123.282 subscritas pela Companhia, ao preço de emissão de R\$ 3,73 reais por ação, totalizando o montante de R\$ 206.043.

Com a homologação, o capital social da controlada CBA passou de R\$ 4.749.000, dividido em 595.833.333 ações ordinárias, para R\$ 4.955.503, dividido em 651.072.697 ações ordinárias, havendo a participação da Companhia na CBA subido de 68,47% para 68,60%.

(b) Combinação de negócios entre Auren e AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil")

Em 15 de maio de 2024, a controlada em conjunto Auren e sua controlada ARN Energia Holding S.A. ("ARN") celebraram o acordo de combinação de negócios com a AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil"), por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a Auren e a AES Brasil, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren.

No dia 14 de junho de 2024, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou, a proposta da combinação de negócios entre a Auren e a AES Brasil.

Em 6 de setembro de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") anuiu à combinação de negócios.

(i) A incorporação das ações ordinárias da AES Brasil foi realizada através da ARN, onde os acionistas da AES Brasil receberam ações ordinárias (ONs) e ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis (PNs) da ARN, com uma relação de troca de 10 ações da ARN para cada 1 ação da AES Brasil.

(ii) As ações PNs foram resgatadas automaticamente pela Auren, resultando em um pagamento em dinheiro para os acionistas AES Brasil e na emissão de 50.377.974 novas ações ordinárias da Auren. Após a troca, a ARN foi incorporada pela Auren, cancelando as ações da ARN e aumentando o capital da Auren.

A operação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

Impactos da reestruturação societária na Companhia

A Companhia detinha 27.210.595 ações da AES Brasil. Com a reestruturação societária, a Administração decidiu pelo recebimento de 10% destas ações via caixa no montante de R\$ 32.228 e 90% via recebimento de ações ON da ARN que imediatamente após a incorporação foram convertidas em novas ações emitidas pela controlada em conjunto Auren.

Com a emissão das novas ações, a Companhia passou a deter 38,66% de participação na controlada em conjunto Auren, resultando em mais valia em decorrência do aumento da participação societária.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS Accounting Standards))), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos biológicos, propriedades para investimentos, bem como os ativos dos planos de pensão, te seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 27 de fevereiro de 2025, em conjunto com a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2024, os quais estão disponíveis no site de Relações com Investidores (<https://www.votorantim.com.br/pt/relacao-com-investidores/>).

2.2 Principais empresas controladas, coligadas e empreendimento controlados em conjunto

Os investimentos em entidades coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para serem classificadas como entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permita a Companhia controle compartilhado da entidade e dê à Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas separadamente da demonstração financeira do consolidado.

A Companhia também reconhece seus ativos de acordo com a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada de forma proporcional. Isso implica em reconhecer a parte do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas das *joint operation*, adicionando tais valores a seus próprios ativos, passivos, receitas e despesas, por natureza (método linha a linha).

O quadro a seguir detalha as principais investidas da Companhia, com a sua localização geográfica e segmento de atuação:

Principais empresas consolidadas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2024	2023		
Subsidiárias e controladas				
Acergroup S.A.	100,00	100,00	Argentina	Siderurgia
Acerholding S.A.	80,00	80,00	Argentina	Holding
Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliários S.A.	100,00	100,00	Brasil	Imobiliário
Citrovita Agro Industrial Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Agropecuária
Companhia Brasileira de Alumínio.	68,60	68,47	Brasil	Alumínio
Fazenda Bodoquena Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Agropecuária
Janssen Capital B.V.	100,00	100,00	Holanda	Holding
Nexa Resources S.A.	64,67	64,67	Luxemburgo	Holding
Piratiníngua Participação Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Holding
Reservas Votorantim Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Proteção ambiental
Votorantim Cimentos S.A.	100,00	100,00	Brasil	Cimentos
Votorantim Finanças S.A.	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Votorantim FinCO GmbH.	100,00	100,00	Áustria	Holding
Principais empresas não consolidadas				
Coligadas				
CCR S.A.	10,33	10,33	Brasil	Infraestrutura
Empreendimentos controlados em conjunto (Joint ventures)				
Auren Energia S.A.	38,66	38,72	Brasil	Energia Elétrica
Citrosuco S.A. Agroindústria.	50,00	50,00	Brasil	Agroindústria
DBOAT I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.	44,96	45,34	Brasil	Investimentos

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$" ou "BRL").

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em reais. Quando os itens são reavaliados, são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como operações qualificadas de *hedge* de investimento líquido.

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis que entraram em vigor no período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, e identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2024 conforme demonstrado abaixo:

(a) Alteração no CPC 32 / IAS 12 "Tributos sobre o lucro" – Reforma tributária internacional - regras do modelo *Pillar 2*

A Companhia está enquadrada no escopo das regras do *Pillar 2* estabelecidas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que refletem uma iniciativa para implementar o imposto mínimo global de 15%. Algumas jurisdições onde a Companhia e suas controladas possuem operações já incorporaram essas regras em sua legislação doméstica.

A Companhia realizou estudos sobre o impacto decorrente da referida legislação e, com base na avaliação realizada para 2024, chegou-se à conclusão de que as jurisdições não estão sujeitas ao imposto complementar (*top-up tax*) em razão da elegibilidade a pelo menos uma das regras de *safe harbor* prescritas nas diretrizes.

Por fim, esclarecemos que no Brasil foi publicada a Lei nº 15.079 que instituiu o imposto complementar, chamado de Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incorporando na legislação brasileira o *Qualified Domestic Minimum Top-Up Tax* ("QDMTT"), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

(b) Outras alterações

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não gerará impacto material na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e períodos futuros.

3.1.2 Novas normas, regulamentações emitidas e emendas as normas contábeis e fiscais ainda não vigentes

(a) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras / IFRS 18

Em 9 de abril de 2024, o IASB anunciou a publicação da nova norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores mais transparência nas informações, sendo:

- Comparabilidade aperfeiçoada nas demonstrações de resultados com a introdução de três categorias definidas para receitas e despesas (operacional, investimentos e financiamentos), melhorando a estrutura e exigindo o fornecimento de novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional;
- Maior transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração, com a exigência da divulgação de explicações sobre os indicadores relacionados às demonstrações de resultados; e
- Melhor agrupamento de informações nas demonstrações financeiras, estabelecendo orientações quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, com opção de aplicação antecipada, sujeito à autorização dos reguladores relevantes.

(b) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras / IFRS 19

Em 9 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas). O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia e suas controladas irão avaliar a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais.

(c) Reforma tributária brasileira sobre o consumo

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

(d) Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standards Board (“ISSB”) - IFRS S1 e IFRS S2

Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board (“ISSB”) emitiu suas duas primeiras normas de relatórios de sustentabilidade – IFRS S1 e IFRS S2, que foram adotadas no Brasil pela CVM, e com data de aplicação obrigatória a partir de exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. Estas normas contêm requerimentos de divulgação de informações de sustentabilidade, e pretendem promover a consistência, comparabilidade e qualidade dessas informações, desenhadas para atender as necessidades dos investidores e mercados financeiros.

(e) Outras alterações

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não gerará impacto material na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e períodos futuros.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente revisados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis podem não se igualar aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão descritas nas respectivas notas explicativas a seguir:

- (i) Investimentos (Nota 14);
- (ii) Imobilizado (Nota 15);
- (iii) Intangível (Nota 16);
- (iv) Arrendamento (Nota 17);
- (v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 19);
- (vi) Provisões (Nota 20).

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

A Companhia possui transações com partes relacionadas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem afetar seu fluxo de caixa. Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Companhia segue a Política financeira aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas, taxas de juros, e contra eventos adversos de crédito. Adicionalmente, objetiva a preservação da liquidez.

Os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção e gestão de riscos financeiros são: *swaps* convencionais, opções de compra (*calls*), opções de venda (*puts*), contratos futuros de moedas, juros e contratos a termo de moedas (NDF – *Non-Deliverable Forward*). As estratégias que contemplem compras e vendas de opções simultaneamente somente serão autorizadas quando não resultarem em posição líquida vendida em volatilidade do ativo-objeto. A Companhia não contrata instrumentos financeiros para fins especulativos.

(a) Risco cambial

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos expostos ao risco cambial na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	2024	2023
Ativos expostos ao risco cambial		
Caixa e equivalentes de caixa	438.126	492.255
Exposição líquida	438.126	492.255

(b) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros é oriundo das oscilações de cada um dos principais indexadores de taxas de juros provenientes de transações de empréstimos e financiamentos, e de aplicações financeiras, as quais impactam os pagamentos e recebimentos da Companhia.

(c) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição aos riscos de crédito de contrapartes e emissores.

A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 7. Os *ratings* divulgados nesta nota sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de “Monte Carlo”, do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte. A utilização da metodologia está descrita na Política Financeira da VSA.

(d) Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, portanto esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Arrendamentos	5.117	9.455	4.563	926	20.061
Fornecedores	23.577				23.577
Dividendos a pagar	216.114				216.114
Partes relacionadas		20.385			20.385
	244.808	29.840	4.563	926	280.137
Em 31 de dezembro de 2023					
Arrendamentos	3.766	3.164	2.515	1.796	11.241
Fornecedores	24.302				24.302
Dividendos a pagar	485.429				485.429
Partes relacionadas		18.803			18.803
	513.497	21.967	2.515	1.796	539.775

5.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de dívidas com vencimentos e termos similares.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados nos níveis 1 e 2 de hierarquia, vide classificação abaixo:

Valor justo medido com base em				2024
	Nota	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.775.358	520.267	2.295.625
Aplicações financeiras	9	123.215	32.532	155.747
Instrumentos financeiros - ações	10 (b)	1.621.944	4.491.675	6.113.619
		3.520.517	5.044.474	8.564.991
Passivos				
Arrendamento	17 (b)		17.428	17.428
			17.428	17.428

Valor justo medido com base em				2023
	Nota	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.169.912	678.408	1.848.320
Aplicações financeiras	9	195.427		195.427
Instrumentos financeiros - ações	10 (b)	1.428.113	5.283.333	6.711.446
		2.793.452	5.961.741	8.755.193
Passivos				
Arrendamento	17 (b)		6.038	6.038
			6.038	6.038

5.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar e CDI. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024, estão descritos a seguir:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II - considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III - considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

			Impactos no resultado					
			Cenário I	Cenários II & III				
			Choque nas curvas de 2024	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Fatores de Risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Unidade						
Câmbio								
USD	438.126	USD milhares	-3,99%	(17.465)	(109.531)	(219.063)	109.531	219.063
Taxas de juros								
BRL - CDI	2.013.067	BRL	151 bps	30.297	(61.147)	(122.294)	61.147	122.294

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas, pois a análise realizada contemplou todas as moedas mais significativas e as taxas de juros contemplam somente o valor de principal.

BRL – Moeda nacional (real)
USD – Dólar americano

6. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual eles foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(c) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(d) *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo

É mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

	Nota	2024	2023
Ativos			
Custo amortizado			
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		44.000	57.451
Partes relacionadas	12	125.112	84.104
Instrumentos financeiros - ações	10 (a)	4.491.675	4.347.584
		4.660.787	4.489.139
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8	2.295.625	1.848.320
Aplicações financeiras	9	155.747	195.427
		2.451.372	2.043.747
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos financeiros - ações	10 (b)	1.621.944	2.363.862
		1.621.944	2.363.862
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores		23.577	24.302
Arrendamento	17 (b)	17.428	6.088
Partes relacionadas	12	20.385	18.803
		61.390	49.193

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

7. Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Os *ratings* decorrentes de classificação local e global foram extraídos das agências de *rating* (S&P Global Ratings, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da S&P Global Ratings e da Fitch Ratings e a classificação conforme estabelecido nas políticas financeiras.

	2024			2023		
	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total
Caixa e equivalentes de caixa						
AAA	1.857.492		1.857.492	1.402.479		1.402.479
AA		240.839	240.839	324.580		324.580
AA+	3		3			
AA-	4		4			
A+		143	143			
A					121.150	121.150
A-		175.448	175.448			
BB+					111	111
Sem <i>rating</i> (i)		21.696	21.696			
	1.857.499	438.126	2.295.625	1.727.059	121.261	1.848.320
Aplicações financeiras						
AAA	155.747		155.747	195.427		195.427
	155.747		155.747	195.427		195.427
	2.013.246	438.126	2.451.372	1.922.486	121.261	2.043.747

(i) Referem-se a valores aplicados que não possuem classificação nas agências de *rating*.

8. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

(a) Composição

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. Os equivalentes de caixa em moeda estrangeira são compostos, principalmente, por instrumentos financeiros em moeda local da Companhia.

	2024	2023
Moeda nacional		
Caixa e bancos	179	17.591
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	520.267	484.450
Operações compromissadas - títulos públicos	1.337.053	854.024
	1.857.499	1.356.065
Moeda estrangeira		
Caixa e bancos	438.126	298.297
Time deposits		193.958
	438.126	492.255
	2.295.625	1.848.320

A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa em moeda local é equivalente a 100,21% a.a. do CDI (31 de dezembro de 2023 – 97,69% a.a. do CDI).

9. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

(a) Composição

	2024	2023
Valor justo por meio do resultado		
Moeda nacional		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	123.215	195.427
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	32.532	
	155.747	195.427
Circulante		
	155.747	195.427

A rentabilidade média para os montantes alocados em aplicações financeiras em moeda local foi de 99,52% a.a. do CDI. (31 de dezembro de 2023 – 99,80% a.a. do CDI).

10. Instrumentos financeiros – ações

A Companhia detém participações em ações de empresas, que são classificadas como instrumentos financeiros mensurados pelo seu custo amortizado ou pelo seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e pelo resultado.

(a) Custo amortizado

Em 2018, a Companhia passou a deter participação minoritária de 15% do negócio aços longos combinados da ArcelorMittal Brasil S.A. ("AMB"). Em atendimento às regras contábeis, o investimento foi reconhecido como instrumento financeiro avaliado a valor justo por meio do resultado, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

Em 30 de março de 2022, a Companhia exerceu a opção de venda em relação à participação e o tema está em definição nos termos do contrato.

	2024	2023
Instrumento financeiro - put option	4.491.675	4.347.584

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reavaliou a expectativa de recebimento deste instrumento financeiro, reclassificando o saldo para o curto prazo.

(b) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O valor de instrumentos financeiros refere-se substancialmente à parcela de ações detidas pela Companhia da Eletrobras S.A., Hypera S.A. e Suzano S.A., no montante total de R\$ 1.621.944 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 2.363.862).

11. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	2024	2023
IRPJ e CSLL (i)	108.772	369.586
PIS e COFINS (ii)	19.364	36.524
IRRF (iii)	6.086	3.799
Outros	37	34
	134.259	409.943
Circulante	102.747	355.163
Não circulante	31.512	54.780
	134.259	409.943

- (i) Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).
(ii) Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
(iii) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

12. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas de maneira que não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas investidas. No curso normal das operações, é realizado contratos com partes relacionadas (coligadas, *joint ventures* e acionistas e entidades sobre controle comum), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, empréstimos, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços.

	Controladas		Coligadas		Controladora		Empreendimentos controlados em conjunto		Outras partes relacionadas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativo												
Circulante												
Caixa e equivalentes de caixa							3	130.569			3	130.569
Contas a receber de clientes	17.862	35.576	24.148	18.216	494		1.496	3.659			44.000	57.451
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	412.019	702.372					23.038		54.377	43.772	489.434	746.144
	429.881	737.948	24.148	18.216	494		24.537	134.228	54.377	43.772	533.437	934.164
Não circulante												
Demais ativos	78.851	22.410	36.532	13.357			9.729	48.246		91	125.112	84.104
	78.851	22.410	36.532	13.357			9.729	48.246		91	125.112	84.104
	508.732	760.358	60.680	31.573	494		34.266	182.474	54.377	43.863	658.549	1.018.268
Passivo												
Circulante												
Fornecedores	2.162	1.722	305	300	10	10	69	69			2.546	2.101
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar					216.114	485.429					216.114	485.429
	2.162	1.722	305	300	216.124	485.439	69	69			218.660	487.530
Não circulante												
Demais passivos			2.827	3.871				(117)	17.558	15.049	20.385	18.803
			2.827	3.871				(117)	17.558	15.049	20.385	18.803
	2.162	1.722	3.132	4.171	216.124	485.439	69	(48)	17.558	15.049	239.045	506.333

13. Outros ativos

	2024	2023
Crédito na venda de ativo imobilizado	245.083	221.681
Contas a receber PR - Rateio de Projetos CP	44.000	57.451
Crédito com venda de participações societária	13.366	121.723
Adiantamentos a funcionários	1.256	766
Seguros a apropriar	1.083	653
Precatórios a apropriar	834	46.845
Créditos previdenciários	574	574
Adiantamentos a fornecedores	554	560
Despesas pagas antecipadamente	531	449
Outros créditos	11.358	25.026
	318.639	475.728
Circulante	297.199	402.884
Não circulante	21.440	72.844
	318.639	475.728

14. Investimentos

(a) Composição

	Informações em 31/12/2024			Resultado da equivalência		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação votante e total (%)	2024	2023	2024	2023
Controladas							
Acergroup S.A.	821.819	45.066	100,00%	45.066	76.306	821.819	365.789
Acerholding S.A.	621.077	34.063	80,00%	27.251	46.136	496.862	221.104
Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliário S.A.	897.607	1.656	100,00%	1.656	26.858	897.607	625.842
Citrovita Agro Industrial Ltda.	82.244	35.005	100,00%	35.005	684	82.244	111.240
Companhia Brasileira de Alumínio	3.784.334	(180.671)	68,60%	(123.864)	(616.153)	2.347.042	2.777.781
Fazenda Bodoquena Ltda.	73.177	17.796	100,00%	17.796	(18.376)	73.177	55.381
Janssen Capital B.V.	4.574.151	132.777	100,00%	132.777	186.829	4.574.151	3.402.240
Nexa Resources S.A.	5.215.687	(1.143.739)	64,67%	(739.717)	(935.901)	3.130.195	3.647.824
Piratinga Participação Ltda.	17.178	10.125	100,00%	10.125	(812)	17.178	7.053
Reservas Votorantim Ltda.	23.149	(3.947)	100,00%	(3.947)	(4.004)	23.149	18.416
Votorantim Cimentos S.A.	19.296.517	898.159	100,00%	898.159	2.433.700	18.679.624	15.024.271
Votorantim Finanças S.A.	6.685.565	400.549	100,00%	400.549	407.604	6.685.565	7.041.709
Votorantim FinCO GmbH	5.753.956	600.257	100,00%	600.257	175.159	5.753.956	3.951.337
Outros investimentos				10.601	2.486	64.634	58.437
Coligadas							
CCR S.A.	13.608.889	1.248.695	10,33%	128.992	176.113	1.405.825	1.287.365
Planihold S.A.					249		
Controladas em conjunto (Joint ventures)							
Auren Energia S.A.	13.201.699	250.932	38,66%	180.607	(118.988)	5.103.328	4.790.049
DBOAT I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	486.074	(133.911)	44,96%	(62.704)	(5.354)	218.519	229.803
Outras	7.455	(2.082)	50,00%	(1.041)	(6.666)	3.727	5.612
Mais valia							
Auren Energia S.A.				(86.106)	(19.355)	(32.465)	(121.857)
CCR S.A.				(70.968)	(33.916)	867.896	938.864
Ágios							
Acergroup S.A.						148.997	148.997
CCR S.A.						552.693	552.693
Fazenda Bodoquena Ltda.						833	833
				1.400.494	1.772.599	51.916.556	45.140.783
Obrigações a pagar com investidas							
Citrosuco S.A. Agroindústria	(4.302.103)	(1.137.442)	50,00%	(571.062)	(226.741)	(1.903.044)	(830.500)
Votocel Investimentos Ltda. (ii)					(7.278)		
				(569.687)	(234.472)	(1.905.406)	(834.438)

(i) Empresas liquidadas durante o exercício de 2023.

(ii) Empresas incorporadas durante o exercício de 2023.

(b) Informações sobre as empresas investidas

Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras selecionadas das principais controladas, coligadas e *joint ventures* em 31 de dezembro de 2024:

	% Participação total votante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido incluindo participação de minoritários	Receita líquida	Resultado operacional	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Subsidiárias e controladas										
Acergroup S.A.	100,00	111	823.145	6	1.431	821.819		45.066	6	45.066
Acerholding S.A.	80,00	505	621.519	27	920	621.077		34.063	8	34.063
Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliário S.A.	100,00	130.933	1.246.226	16.187	463.365	897.607	24.580	1.656	902	1.656
Citrovita Agro Industrial Ltda.	100,00	16.909	75.546	1.213	8.998	82.244		36.686	26.213	35.005
Companhia Brasileira de Alumínio	68,60	3.744.898	9.280.888	2.058.769	7.182.683	3.784.334	7.056.998	(515.912)	(985.515)	(180.671)
Compart Serviços e Assessorias Ltda.	100,00	13.413	14.934	4.842		23.505	11.879	2.548	708	1.626
Fazenda Bodoquena Ltda.	100,00	8.720	90.798	10.394	15.947	73.177	28.508	15.931	(1.146)	17.796
Interávia Taxi Aéreo Ltda.	100,00	930	(9)	915		6	4.642	(11.304)	(1)	(11.304)
Janssen Capital B.V.	100,00	4.521.608	63.544	11.001		4.574.151		184.930	84.306	132.777
Nexa Resources S.A.	64,67	3.313.946	13.047.485	3.492.581	7.653.163	5.215.687	6.253.599	(1.143.599)	(545.456)	(1.143.739)
Piratininga Participação Ltda.	100,00	13.526	9.135	724	4.759	17.178		14.112	1.617	10.125
Reservas Votorantim Ltda.	100,00	4.387	20.943	2.180	1	23.149	7.483	(3.979)	(23)	(3.947)
23S Capital Ltda	60,00	55.349	1.814	5.187		51.976	65.967	42.909	3.813	33.369
Votorantim Cimentos S.A.	100,00	3.867.302	27.234.587	3.114.744	8.690.628	19.296.517	9.462.573	1.035.256	(674.169)	898.159
VE Participações Ltda.	100,00	1.339	445	596	3.550	(2.362)		1.375	1.885	1.375
Votorantim Finanças S.A.	100,00	201.870	6.932.778	280.887	168.196	6.685.565		524.986	(31.807)	400.549
Votorantim FinCO GmbH	100,00	27.033	6.030.037	43	303.071	5.753.956		600.259	941	600.257
Votorantim International CSC. S.A.C.	100,00	15.921	10.009	15.449	4.780	5.701	25.118	409	(557)	259
Coligadas										
CCR S.A.	10,33	4.413.858	16.177.840	849.917	6.132.892	13.608.889	59.857	1.250.710	(325.762)	1.248.695
Empreendimentos controlados em conjunto (Joint ventures)										
Auren Energia S.A.	38,66	2.492.916	20.973.738	308.928	9.956.027	13.201.699		201.449	(125.200)	250.932
Citrosuco S.A. Agroindústria	50,00	5.408.571	5.988.249	5.951.388	9.747.535	(4.302.103)	6.448.329	(875.083)	(766.959)	(1.137.442)
DBOAT I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	44,96	10.207	485.432	9.565		486.074	(153.556)	(133.911)	30.038	(133.911)
Floen S.A.	50,00	7.518		63		7.455		(2.082)	754	(2.082)

(c) Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	45.140.783	46.890.042
Equivalência patrimonial	1.400.492	1.772.599
Variação cambial de investimentos no exterior	6.725.527	(1.884.989)
Aumento de capital em investidas	438.479	370.071
Aumento de capital com conversão de dividendos em ações - CBA	14.291	125.705
Ações da Auren recebidas no acordo com a Eletrobrás	5.111	123.035
Ações da Auren recebidas na incorporação de ações da AES (nota 1.1.2.(b))	188.260	
Dividendos e juros sobre capital próprio	(1.472.484)	(2.612.455)
Valor justo de ativos disponíveis para venda	(141.003)	94.717
Hedge de fluxo de caixa	(337.247)	124
Reduções de capital, liquidações e venda de investimentos	(72.207)	(39.251)
Hedge net investment VCNA	(178.106)	57.790
<i>Informal Capital</i>		335.370
Benefícios atuariais	230.609	(95.703)
Outros	(25.949)	3.728
Saldo no final do exercício	51.916.556	45.140.783
Obrigações a pagar com investidas	2024	2023
Saldo no início do exercício	(834.438)	(782.611)
Equivalência patrimonial	(569.685)	(234.472)
Variação cambial de investimentos no exterior	(362.140)	84.036
Hedge de fluxo de caixa	(139.343)	22.052
Aumento de capital	200	8.400
Incorporação de investida		61.244
Benefícios atuariais		6.864
Outros		49
Saldo no final do exercício	(1.905.406)	(834.438)

15. Imobilizado

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior que o seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para determinar o valor recuperável.

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais" na demonstração do resultado.

(i) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas possam indicar deterioração ou perda do valor contábil. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) excede seu valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados posteriormente para a análise de uma possível reversão do *impairment*, na data do balanço.

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(a) Composição e movimentação

	2024							2023	
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	203.860	39.141	45.077	170	6.984	113.521	8.315	417.068	417.100
Depreciação acumulada	(695)	(22.998)	(44.069)	(170)	(6.400)		(5.529)	(79.861)	(81.293)
Saldo líquido	203.165	16.143	1.008		584	113.521	2.786	337.207	335.807
Adições					82	3.287		3.369	9.257
Baixas	(1.339)					(1.489)		(2.828)	(5.068)
Depreciação	(8)	(1.422)	(199)		(193)		(456)	(2.278)	(2.789)
Saldo no final do exercício	201.818	14.721	809		473	115.319	2.330	335.470	337.207
Custo	202.521	39.141	45.077	170	7.066	115.319	8.315	417.609	417.068
Depreciação acumulada	(703)	(24.420)	(44.268)	(170)	(6.593)		(5.985)	(82.139)	(79.861)
Saldo no final do exercício	201.818	14.721	809		473	115.319	2.330	335.470	337.207
Taxas médias anuais de depreciação - %	1	5	10	20	10		5		

16. Intangível

(i) Softwares

Os custos associados à manutenção de *softwares* são amortizados durante sua vida útil.

(a) Composição e movimentação

						2024	2023
	Nota	Software	Direitos sobre marcas e patentes	Intangível em andamento	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício							
Custo		80.454	17	64.073	3.161	147.705	123.808
Amortização acumulada		(69.201)				(69.201)	(63.600)
Saldo líquido		11.253	17	64.073	3.161	78.504	60.208
Adições		595		2.272		2.867	25.949
Baixas				(2.119)		(2.119)	(24)
Amortização		(3.698)				(3.698)	(7.629)
Saldo no final do exercício		8.150	17	64.226	3.161	75.554	78.504
Custo		81.049	17	64.226	3.161	148.453	147.705
Amortização acumulada		(72.899)				(72.899)	(69.201)
Saldo no final do exercício		8.150	17	64.226	3.161	75.554	78.504
Taxas médias anuais de amortização - %		16					

17. Arrendamento

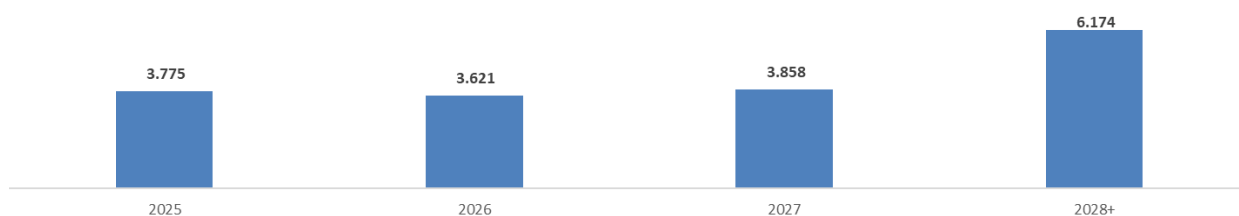
(a) Composição e movimentação do ativo de direitos de uso

			2024	2023
	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Equipamentos de informática	Total	Total
Saldo no início do exercício				
Custo	14.017	263	14.280	13.330
Amortização acumulada	(8.600)	(263)	(8.863)	(5.357)
Saldo líquido	5.417		5.417	7.973
Reavaliação de principal	13.418	116	13.534	
Renegociação de contratos				950
Amortização	(3.921)	(116)	(4.037)	(3.506)
Saldo no final do exercício	14.914		14.914	5.417
Custo	27.435	379	27.814	14.280
Amortização acumulada	(12.521)	(379)	(12.900)	(8.863)
Saldo no final do exercício	14.914		14.914	5.417

(b) Movimentação das obrigações de arrendamento

	2024	2023
Saldo no início do exercício	6.088	8.603
Renegociação de contratos		950
Ajuste a valor presente	2.488	274
Reavaliação de principal	13.534	
Liquidações	(4.682)	(3.739)
Saldo no final do exercício	17.428	6.088
Circulante	3.775	50
Não circulante	13.653	6.038
Saldo no final do período	17.428	6.088

(c) Perfil de vencimento



18. Outros passivos

	2024	2023
Remuneração variável	87.354	62.365
Prêmios a apropriar	9.600	9.600
Incorporações		1.541
Contas a pagar para seguros	210	97
Outros passivos	166.427	87.415
	263.591	161.018
Circulante	36.977	17.955
Não circulante	226.614	143.063
	263.591	161.018

19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os saldos referentes ao imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, pela companhia, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findos em 31 de dezembro, apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.034.408	2.327.075
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(351.699)	(791.206)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Crédito de IR pago no exterior IN 1520/14	339.563	253.247
Equivalência patrimonial	282.474	522.963
Dividendos recebidos	3.213	769
Crédito referente a não incidência de IRPJ e CSLL sobre SELIC de débitos	3.016	120.829
Incentivo fiscal	970	923
Adição de lucro no exterior IN 1520/14	(359.154)	(265.519)
Juros sobre capital próprio		160.820
Ganho na venda de instrumentos financeiros (ações)	(65.916)	
Adições e exclusões permanentes, líquidas	23.079	12.746
IRPJ e CSLL apurados	(124.454)	15.572
Correntes	(151.320)	(139.247)
Diferidos	26.866	154.819
IRPJ e CSLL no resultado	(124.454)	15.572
Taxa efetiva - %	12%	-1%

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2024	2023
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	188.177	188.177
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Estimativa para perdas em investimentos, imobilizado e intangível	125.807	125.807
Ajuste a valor justo - instrumentos financeiros	114.663	(166.196)
PPR - Provisão de participação no resultado	77.504	48.199
Outros créditos	69.578	115.370
Provisões referentes a processos judiciais	30.665	34.186
IFRS 16 - Arrendamento	5.926	2.298
Débitos tributários sobre diferenças temporárias		
Diferimento em contratos de derivativos	(1.304.716)	(1.255.725)
Mais valia de ativos	(155.765)	(183.611)
IFRS 16 - Arrendamento	(5.071)	(2.070)
Diferimento do ganho de capital na alienação de investimentos, imobilizado e intangível	(52.798)	(42.107)
Outros débitos	(791)	(791)
Líquido	(906.821)	(1.136.463)
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(906.821)	(1.136.463)

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos no resultado do período e no resultado abrangente

	2024	2023
Saldo no início do exercício	(1.136.463)	(1.490.904)
Efeito no resultado do exercício	26.866	154.819
Efeito em outros componentes do resultado abrangente	202.776	199.622
Saldo no final do exercício	(906.821)	(1.136.463)

(d) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa

	2024	Percentual
2028 em diante	188.177	100%
	188.177	100%

20. Provisões

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas, ambientais e outras ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face aos potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em "Provisões". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

(i) Provisões de natureza tributária, cível, trabalhista, ambiental e ações judiciais

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas.

As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da relevância do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (incluindo eventuais honorários advocatícios), a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do período. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

(a) Composição e movimentação

	2024				2023
	Processos judiciais				
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo no início do exercício	99.090	4.477	1.404	2.081	107.052
Adições	3.989	1.003	1.533	131	6.656
Reversões	(7.360)	(299)	(7)	(12)	(7.678)
Reversão de atualização monetária	(5.339)	(138)	(11)	(5)	(5.493)
Liquidações atualização monetária	(2.992)	(30)			(3.022)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas	215	56	(1)		270
Liquidações com efeito caixa	(9.467)	(65)			(9.532)
Atualização monetária, líquida das reversões	7.635	295	1.175	367	9.472
Saldo no final do exercício	85.771	5.299	4.093	2.562	97.725
Não circulante	85.771	5.299	4.093	2.562	97.725
	85.771	5.299	4.093	2.562	97.725

(b) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais, outras e depósitos judiciais remanescentes

	2024			2023		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes (i)	Depósitos judiciais	Montante provisionado
Tributárias	(868)	86.639	85.771	22.570	(1.083)	100.173
Trabalhistas	(82)	5.381	5.299	22	(138)	4.615
Cíveis	(21)	4.114	4.093	17	(20)	1.424
Outras		2.562	2.562	10		2.081
	(971)	98.696	97.725	22.619	(1.241)	108.293

(i) A Companhia possui saldos depositados em processos classificados pela Administração, seguindo as indicações dos consultores jurídicos da Companhia como perda remota ou possível, portanto, sem a respectiva provisão.

(c) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

	2024	2023
Tributárias	3.966.766	3.703.168
Cíveis	100.732	139.711
Ambientais	21.921	21.830
Trabalhistas e previdenciárias		4
	4.089.419	3.864.713

(c.1) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A seguir são comentados os principais passivos contingentes relacionados a processos tributários em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada. A seguir apresentamos uma análise da relevância desses processos:

	2024	2023
Natureza		
IRPJ/CSLL - Ganho de capital (i)	1.532.997	
IRPJ/CSLL - Lucros no exterior (ii)	890.207	1.779.859
Glosa de saldo negativo IRPJ/CSLL (iii)	163.304	235.731
Demais processos	1.380.258	1.687.578
	3.966.766	3.703.168

(i) IRPJ/CSLL: ganho de capital

Em dezembro de 2024, foram lavrados dois autos de infração pela Receita Federal do Brasil, no valor total de R\$ 1.532.997, em face da Companhia, relativo ao ano-base 2019, para exigência de IRPJ e de CSLL sobre o suposto ganho de capital da Companhia em operação societária de incorporação de ações. Em janeiro de 2025 foi apresentada impugnação que aguarda julgamento.

(ii) IRPJ/CSLL: lucros auferidos no exterior

A Companhia possui autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, sobre lucros auferidos no exterior por suas controladas ou coligadas.

Em 2024 a empresa obteve êxito integral uma das discussões, bem como obteve decisão parcial em dois casos, o que permitiu o pagamento de um dos casos com descontos de multa e juros, de acordo com a Lei 14.689/2023, e a discussão de outro caso no poder judiciário com a exclusão da multa, resultando em uma redução do passivo de R\$ 889.652.

Os autos de infração totalizam, em 31 de dezembro de 2024, o montante R\$ 890.207.

(iii) IRPJ/CSLL: glosa de saldo negativo

A Companhia recebeu despachos decisórios relativos à glosa de créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL. O valor objeto de discussão nos processos totaliza a quantia de R\$ 163.304, em dezembro de 2024.

No mesmo ano, sete casos foram encerrados, totalizando R\$ 24.000 de valor envolvido.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, verifica-se que houve equívoco por parte da RFB quando da depreciação dos valores apresentados pela Companhia, razão pela qual a probabilidade de perda dos processos é considerada possível.

21. Benefícios pós-emprego

O passivo com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países, como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais e plano de pensão são reconhecidos em “Ajustes de avaliação patrimonial”, no período em que ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do funcionário no emprego, por um período específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A tabela abaixo demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira:

	2024	2023
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:		
Benefícios de saúde pós-emprego	141.082	138.913
Passivo registrado no balanço patrimonial	141.082	138.913
Despesas reconhecidas no resultado do exercício com:		
Benefícios de saúde pós-emprego	13.787	13.620
	13.787	13.620
Reavaliação com:		
Benefícios de saúde pós-emprego	14.684	(7.827)
Benefícios de saúde pós-emprego - valor líquido	14.684	(7.827)

(a) Plano de contribuição previdenciária definida

A Companhia patrocina planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (Funsejem), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à Funsejem são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à Funsejem. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia.

22. Patrimônio líquido

(i) Capital social

É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 28.656.002, composto por 18.278.788.894 de ações ordinárias nominativas.

(ii) Distribuição de dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 83.379 calculados com base no lucro do exercício de 2023, foram revertidos com base em decisão dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de abril de 2024 e foram retidos no patrimônio líquido da Companhia.

Durante o exercício de 2024, a Companhia deliberou o pagamento à sua controladora Hejoassu Administração S.A. o montante de R\$ 940.550 correspondente a dividendos relativos à parte do saldo da conta de "Reservas de lucros" acumulados até 31 de dezembro de 2023 e reconheceu os dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2024, no montante de R\$ 216.047, já deduzidos os juros sobre capital próprio, conforme detalhado no quadro a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	909.954	2.342.647
(-) Reserva legal	(45.498)	(117.132)
Base de cálculo para Dividendos/JCP	864.456	2.225.515
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	216.114	556.379
Destinação:		
Distribuição aos acionistas:		
Dividendo mínimo obrigatório	216.114	83.379
Juros sobre capital próprio		473.000
Valor proposto	216.114	556.379
Reserva de lucros	648.342	1.669.136
	864.456	2.225.515
% Valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação	0,01	0,03

(iii) Lucro líquido (prejuízo) básico por ação

É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

(iv) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(v) Reserva para incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais é creditada com os benefícios de incentivos fiscais, que são reconhecidos na demonstração do resultado do ano e alocados de lucros acumulados para esta reserva. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(vi) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- (a) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos;
- (b) Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior;
- (c) Parcela efetiva com diferenças de câmbio de hedge de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior; e
- (d) Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria.

	Atribuível aos acionistas controladores						
	Variação cambial de investimento no exterior	Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior	Hedge accounting operacional de controladas, líquido de efeitos tributários	Valor justo de ativos disponíveis para venda	Reavaliação com benefícios de aposentadoria	Outros componentes do resultado abrangente	Total
Em 1º de janeiro de 2023	9.605.322	(5.422.321)	(44.065)	203.991	(193.261)	1.086.833	5.236.499
Variação cambial de investidas no exterior	(1.800.953)						(1.800.953)
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários		57.790					57.790
Hedge accounting operacional de controladas, líquido de efeitos tributários			22.176				22.176
Ajuste a valor justo das ações, líquido de efeitos tributários						(229.255)	(229.255)
Informal capital						335.370	335.370
Realização de resultados abrangentes na venda de ações						(69.804)	(69.804)
Realização de resultados abrangentes na venda de investimentos	(9.102)						(9.102)
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários					(81.012)		(81.012)
Risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo						2.355	2.355
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas				94.717		(2.940)	91.777
Em 31 de dezembro de 2023	7.795.267	(5.364.531)	(21.889)	298.708	(274.273)	1.122.559	3.555.841
Em 1º de janeiro de 2024	7.795.267	(5.364.531)	(21.889)	298.708	(274.273)	1.122.559	3.555.841
Variação cambial de investidas no exterior	6.363.387						6.363.387
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários		(178.106)					(178.106)
Hedge accounting operacional de investidas			(476.590)				(476.590)
Ajuste a valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários						(197.427)	(197.427)
Realização de resultados abrangentes na liquidação de investimentos						(348.340)	(348.340)
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários					232.161		232.161
Realização de resultados abrangentes na venda de ações						(180.630)	(180.630)
Risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo						(14.900)	(14.900)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas				(141.003)		(7.280)	(148.283)
Em 31 de dezembro de 2024	14.158.654	(5.542.637)	(498.479)	157.705	(42.112)	373.982	8.607.113

23. Abertura do resultado por natureza

	2024	2023
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com benefícios a empregados (a)	141.622	140.757
Serviços de terceiros	135.681	135.608
Impostos e taxas	32.117	6.603
Depreciação e amortização	10.013	13.924
Materiais de consumo	3.274	2.070
Comunicação, eventos e publicações	192	1.392
Aluguéis e arrendamentos	46	6.499
Outras despesas	38.243	18.742
	361.188	325.595

(a) Despesas com benefícios a empregados

(i) Participação dos empregados no resultado – Benefícios a empregados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefícios a empregados”.

24. Outros resultados operacionais

	2024	2023
Perda na venda de investimento		(15.842)
Ganho líquido na venda de imobilizado e intangível	17.374	2.060
Receita de aluguéis e arrendamentos	15.200	15.897
Provisões (reversões) judiciais, líquidas	10.225	(1.301)
Realização de processos judiciais	(6.103)	(4.094)
Outras despesas, líquidas	(15.418)	(4.102)
	21.278	(7.382)

25. Resultado financeiro líquido

(i) Receitas (despesas) financeiras

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de *swap*, resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos (*swap* contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

(ii) Variação cambial

Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira.

Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento.

As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem.

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	212.727	179.803
Instrumentos financeiros derivativos	144.091	86.709
Juros sobre ativos financeiros	77.459	136.004
Atualização monetária sobre ativos	11.295	670.082
Reversão de atualização de provisões passivas	8.351	12.911
Outras receitas financeiras	21.721	170.146
	475.644	1.255.655
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre provisões	(9.342)	(13.238)
PIS/COFINS sobre resultado financeiro	(40.949)	(70.912)
Outras despesas financeiras	(28.435)	(21.906)
	(78.726)	(106.056)
Perda monetária líquida na subsidiária hiperinflacionária		
Variações cambiais, líquidas	146.593	(27.674)
Resultado financeiro líquido	543.511	1.121.925



VOTORANTIM

www.votorantim.com.br